



Maria Helena Cisne encerra visita às Subseções Judiciárias do ES: “A impressão foi a melhor possível”, declarou

A presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), desembargadora federal Maria Helena Cisne, encerrou quinta-feira, 16, sua visita às Subseções Judiciárias do Espírito Santo. Ao conhecer de perto a realidade das varas do interior (São Mateus, Colatina, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim), além da Vara Federal de Serra, a presidente – capixaba de Mimoso do Sul – declarou-se orgulhosa com o que viu, em termos de tecnologia e de empenho dos magistrados e servidores.

Em entrevista ao jornal A Tribuna de Cricaré, em São Mateus, a desembargadora federal afirmou que encontrou aqui “uma Justiça bem instalada, bem estruturada, juízes e servidores muito motivados”. “A impressão foi a melhor possível”, declarou.

A boa impressão da magistrada foi reforçada por ela na quinta-feira à noite, em Vitória, na cerimônia de inauguração do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania, no térreo da nova sede da SJES: “Estou muito orgulhosa de ver como a Justiça está sendo conduzida em meu Estado”.



Cachoeiro de Itapemirim



São Mateus



Colatina



Linhares

“A paz através da conciliação”: JFES inaugura centro de solução de conflitos e cidadania

“O nome é complicado, mas na verdade é um gabinete de conciliação, intimamente ligado à função do Judiciário: promover a paz, através da conciliação”. Assim a presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região definiu o Centro de Solução de Conflitos e Cidadania, inaugurado quinta-feira, 17, às 18 horas, no térreo da nova sede da Justiça Federal do Espírito Santo.

Ao abrir a solenidade – prestigiada por desembargadores e juízes federais, servidores e representantes de instituições bancárias e de ensino superior - o diretor do foro da SJES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos destacou que a semana foi intensa para a Dirfo. “Tivemos a visita da presidente às subseções judiciárias, em que pudemos mostrar juízes e servidores extremamente comprometidos com a Justiça Federal. E hoje, com essa inauguração, cumprimos a Resolução 125 do CNJ - que tem como meta a solução de conflitos através de métodos pré-processuais -, firmamos o compromisso com as determinações do TRF2 e também com a Emenda 45, que estabelece a duração razoável do processo”.



Inauguração do Centro de Solução de Conflitos e Cidadania

Mudança cultural

O diretor do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos no Âmbito da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama, declarou: “Aqui estou não para protagonizar, mas para testemunhar um momento histórico para a 2ª Região e para a Seção Judiciária do Espírito Santo. É uma mudança de cultura da Justiça Federal em relação aos métodos de solução de conflitos. Independente da Resolução do CNJ, esta já seria uma alternativa para a solução dos litígios disponíveis. Temos um espaço físico, mas também o compromisso no sentido de buscar a conciliação”.

Ao acompanhar a presidente do Tribunal em sua visita às Subseções Judiciárias, Guilherme Calmon pôde ver de perto as boas práticas realizadas e destacou sua tranquilidade e satisfação ao ver que o gabinete de conciliação inaugurado “já tem um terreno muito bem semeado”. Por fim, agradeceu a desembargadora federal Maria Helena Cisne, “que tem a conciliação como marca de sua administração”, e, especialmente, ao juiz federal Fernando Mattos, “que se mostrou solícito desde o primeiro telefonema sobre o assunto”.

Paz, com justiça

A solenidade foi encerrada pela presidente, que enfatizou a “galhardia” com que as dificuldades são enfrentadas na Justiça Federal. “A gente depende de orçamento da União, de burocracia, de inúmeros fatores, mas ainda assim consegue resultados. Meu pai dizia que o homem não é obrigado a vencer, mas é obrigado a lutar. Com a altíssima qualidade dos nossos juízes e com servidores vestindo a camisa, conseguimos aquilo que a gente se empenha a conquistar”.

A desembargadora federal destacou que a busca do Judiciário deve ser implantar a paz com justiça. Também destacou a responsabilidade de quem faz um julgamento. “Nós interferimos no direito dos outros. Temos a obrigação de sermos os mais justos que a nossa qualidade de pessoas humanas e falíveis consegue ser”.

Os magistrados fizeram, então, o descerramento da placa comemorativa e, em seguida, todos foram convidados para o coquetel de inauguração do Banco Santander, também no térreo do edifício.

Saiba mais:

Previsto na Resolução nº 125, de 29/11/2010, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania atenderá aos juizados e varas com competência nas áreas cível, fazendária, previdenciária, e será responsável pela realização das sessões de audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

De acordo com a Resolução, o Centro será também responsável pela realização de sessões de conciliação e mediação pré-processuais. O Centro contará com um juiz coordenador e, se necessário, com um adjunto, designados pela Presidente do TRF da 2ª Região, além de servidores capacitados em métodos consensuais de solução de conflitos.

A criação de “Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos”, nos tribunais, e “Centros” em varas, juízos ou juizados atenderá à Política Judiciária Nacional de tratamento dos conflitos de interesses, instituída pelo CNJ na mesma norma, que visa oferecer outros meios - consensuais, como a mediação e a conciliação - para a solução de conflitos, além de disseminar a cultura de pacificação social.

Na JFES, o Centro ficará ligado ao Núcleo de Apoio Judiciário.

Veja no www.jfes.jus.br a Resolução nº 125, de 29/11/2010.

Conferência com ministro Asfor Rocha é prestigiada por autoridades e servidores

Cerca de 100 pessoas – entre magistrados federais, servidores, procuradores, advogados, estudantes e representantes de instituições bancárias – prestigiaram a conferência “Os novos paradigmas do Poder Judiciário após a EC nº 45/2004”, realizada sexta-feira, 17, no auditório da Seção Judiciária do Espírito Santo, pelo Diretor-Geral da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), Ministro Cesar Asfor Rocha.

Presidida pela desembargadora federal Maria Helena Cisne, presidente do TRF2, a mesa diretora foi composta pelo diretor do Núcleo da Emarf no ES, desembargador federal Luiz Antonio Soares; pelo diretor da Escola da Magistratura do Estado do ES (Emes), desembargador



Mesa diretora

Samuel Meira Brasil; pelo diretor do foro da SJES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos; pela diretora da Escola da Magistratura Federal da 2ª Região, desembargadora federal Liliâne Roriz; pelo diretor do Gabinete de Conciliação da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama; pelo procurador-geral do Estado, Dr. Rodrigo Júdice, e pelo vice-diretor do Centro Cultural Justiça Federal, desembargador federal José Ferreira Neves Neto.

Em sua palestra, o ministro falou sobre o papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado a partir da Emenda 45. Segundo ele, o conselho, que inicialmente surgiu com uma função corregedora, de controle do Judiciário, também descobriu aos poucos sua função essencialmente gestora. “A grande maioria dos magistrados é formada por pessoas sérias, éticas, capacitadas e extremamente comprometidas, mas sem aptidão ou estímulo para gestão”. De acordo com Asfor Rocha, a partir desta constatação, o Conselho começou a trabalhar com dados técnicos e estabelecer metas e diretrizes para o Judiciário.

O ministro também destacou a virtualização dos processos e a Lei de Recursos Repetitivos como estratégias que vêm colaborando para a celeridade da Justiça. Falou ainda sobre a duração razoável dos processos e sobre a criação da Enfam, que tem como objetivo trabalhar assuntos normalmente não ensinados nas escolas de Direito, tais como: gestão, questões penitenciárias e relacionamento com a imprensa e com a sociedade. “O Judiciário ficou mais exposto e mais questionado, menos distante dos olhos e dos sentimentos dos jurisdicionados. Passou a ser cobrada uma postura diferente dos magistrados. Não podemos mais ficar isolados”, ressaltou. Também enfatizou a importância da educação à distância como uma importante ferramenta de multiplicação do conhecimento.



Público presente

Núcleo Regional do CCJF promove primeira exposição no Estado

O Núcleo Regional do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF) inaugurou sexta-feira, 17, sua primeira atividade cultural no Espírito Santo: a exposição “Grande Vitória, Ontem e Hoje”.

Quadros em bico-de-pena do artista plástico Wagner Veiga, retratando antigas paisagens de Vitória, podem ser apreciados no foyer do auditório da nova sede da Justiça Federal, até o dia 15 de julho.

Wagner Veiga é artista plástico autodidata nascido em Caçapava, São Paulo, em 1950. Com mais de 30 anos de história nas artes plásticas, utiliza várias técnicas e seu trabalho é reconhecido em todo País.

O Núcleo do CCJF no ES é coordenado pelo desembargador federal José Ferreira Neves Neto, com o apoio da servidora Gina Valéria Coelho.



Desembargador federal José Neves e Gina Valéria Coelho



Desembargadores federais Luiz Antonio Soares, José Ferreira Neves, Guilherme Calmon, Liliâne Roriz e o artista plástico Wagner Vieira, ao lado da presidente do TRF2 Maria Helena Cisne